

Aprovada pelo Senado, Lei de Biossegurança volta à Câmara

EMENDA Nº 2-CCJ/CAE/CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLC Nº 9, DE 2004												06 de Outubro de 2004		15:12	
PP	PA	CP	PA	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	SIM	53		
PARALÂO FAZ	A. TOURINHO	F. BUARQUE	LUZ OTÁVIO	ALVARO DIAS	WICZARILDO	E. SUPICY	OSMAR DIAS	FLÁVIO ARINS	AUGUSTO BCTEL	A. MERCADANTE	ROMÉULUMA	NÃO	02		
G. MESTRINO	LUZ PORTES	ALTON FREITAS	NEY SUASSUNA	MÁRIO CALDAS	J. BONFALLEN	EDIL SALVATI	J. JERISSATI	WALDIR BALDI	LEONEL RAYAN	ALMEIDA LIMA	ABS	03	TOT	58	

Fotos: Genádio Magela

Depois de prolongado debate, proposta recebe 53 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções. Brasil pode ter em breve normas para cultivo de transgênicos e pesquisas com células-tronco



APOIO No Plenário, senadores aplaudem votação do substitutivo de Ney Suassuna (de costas), cujo resultado é indicado no painel eletrônico (foto ao alto)

O novo texto da Lei de Biossegurança que a Câmara recebe do Senado institui algumas novidades, como o conselho integrado por 11 ministros que dará a palavra final sobre autorização de uso de transgênicos. A instância inicial para decisões sobre o assunto será da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Outra novidade é a emenda acolhida em Plenário pelo relator, Ney Suassuna, vedando pesquisas com determinadas variedades agrícolas geneticamente modificadas. Essa mudança foi criticada pelo senador Osmar Dias.

Páginas 3 a 5

Comissão quer discutir greve dos bancários

Representantes dos bancários e dos bancos, além do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, estão sendo convidados pela Comissão de Assuntos Sociais para audiência pública sobre a greve.

Plenário aprova projeto que moderniza o Código Penal

A exclusão do Código Penal de expressões consideradas anacrônicas na tipificação de crimes sexuais cometidos contra a mulher foi aprovada ontem pelo Senado. Autora do

substitutivo acolhido pelo Plenário, a senadora Serys Slhessarenko explicou que o projeto traz uma importante contribuição para o aperfeiçoamento do código. Três dispositivos elimi-

Dez indicações de autoridades são acolhidas

nados exigem que a mulher prove ser honesta para poder processar seu agressor. A proposta retorna à Câmara dos Deputados, por ter sido modificada pelos senadores.

O Plenário do Senado aprovou um total de dez indicações de autoridades feitas pelo Executivo. Além disso, autorizou o país a contratar empréstimos externos que totalizam US\$ 605 milhões.

Osmar Dias quer aprovação rápida do Fundeb

O senador Osmar Dias (PDT-PR) fez apelo ontem ao governo para que agilize a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que destinará mais recursos para a educação básica e especial. O senador considera que esse projeto está em estudo há muito tempo, enquanto o país padece da necessidade de mais recursos para a educação e para a qualificação de professores.

Osmar disse que o Congresso analisa mais de 30 projetos que tratam de cotas nas universidades públicas. São cotas para carentes, negros, índios, alunos de escolas públicas e objetivam permitir que essas pessoas concorram "igualmente" com alunos de escolas particulares. Na opinião do senador, as cotas só se mostram necessárias porque o ensino público fundamental e básico não é de qualidade no país. Garantir mais recursos para a educação básica e fundamental eliminará o problema, afirmou.

– Quando resolvermos esses problemas, dispensaremos a discussão sobre cotas – disse.

O senador lembrou a importância que teve para o ensino fundamental brasileiro a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), mas observou não ser mais possível adiar a aprovação de projeto que estende os recursos para a educação básica infantil e especial no país.

– O Fundeb está há muito tempo em estudo, enquanto o país padece da necessidade de mais recursos, de mais condições para professores.

Sarney discute Plano Nacional de Cultura com Gilberto Gil

■ Proposta de emenda à Constituição, já aprovada na Câmara, integra ações que valorizam a cultura

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro da Cultura, Gilberto Gil, com quem conversou sobre o Plano Nacional de Cultura, proposta de emenda à Constituição destinada a promover o desenvolvimento cultural, assim como a integração de ações públicas que defendam e valorizem o patrimônio cultural brasileiro.

À saída do encontro, o minist-



AFINIDADES Sarney e Gil conversam sobre o projeto; à saída, o ministro afirmou que o presidente do Senado ofereceu apoio à sua iniciativa

tro disse que pediu a Sarney a tramitação célere da iniciativa, já aprovada na Câmara dos

Deputados, para que seu ministério tenha o balizamento de uma lei futura. De acordo

com Gilberto Gil, o presidente do Senado ofereceu total apoio à sua iniciativa (PEC 57/03) e prometeu esforços para votar logo a matéria.

– O presidente Sarney tem todo o interesse. É um dos nossos padrinhos nesse sentido e esperamos que brevemente o Senado examine e aprove a proposta.

Gilberto Gil disse ainda que só as bancadas do Senado e da Câmara podem dar ao Ministério da Cultura, em 2005, algo em torno de R\$ 400 milhões, o que vai aumentar significativamente os recursos do órgão, hoje nominalmente da ordem de R\$ 300 milhões.

Agenda

Plenário

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa. Os oradores inscritos são os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Heráclito Fortes (PFL-PI). Amanhã, às 9h, o Plenário também realiza sessão não deliberativa.



Comissões mistas analisam MPs

Podem ser instaladas hoje quatro comissões mistas destinadas a analisar as seguintes medidas provisórias: a que autoriza o governo a ajudar países africanos (MP 218/04), às 10h; a que trata sobre desconto de

crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (MP 219/04), às 11h; a que cria cargos de comissão no Executivo federal (MP 220/04), às 14h30; e a que trata sobre crédito rural (MP 221/04), às 15h.

TV Senado

O secretário da reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Sérgio Renault, é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, exibido às 12h30 pela TV Senado. Às 13h, o programa *Cidadania* discute a igualdade parental.

Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta hoje, às 23h, o *Escala Brasileira*, que entrevista o músico e compositor Marco Pereira. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pereira está lançando dois discos: *Original* e *O samba da minha terra*.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Comissão analisa Parlamento do Mercosul

A criação do Parlamento do Mercosul foi discutida ontem pelo presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e os presidentes das comissões parlamentares conjuntas do Mercosul do Brasil, Dr. Rosinha (PT-PR), e do Uruguai, deputado Ronald Pais. De acordo com Dr. Rosinha, há uma expectativa de que o Parlamento comece a funcionar a partir de 2006. Ele explicou, no entanto, que o órgão terá uma função mais política do que legislativa.

A nova instituição, segundo ele, contribuirá para a integração política dos países integrantes do bloco e estimulará a formação de uma identidade comum para os cidadãos. O deputado uruguaio afirmou, logo após o encontro, que o interesse dos dois países na implantação do Parlamento pode agilizar as discussões.

As propostas iniciais sobre o perfil do Parlamento do Mercosul apontam para a implantação de um órgão consultivo. No primeiro momento, os representantes dos países seriam indicados conforme a proporcionalidade de cada partido. Depois, os parlamentares seriam escolhidos por eleição direta e atuariam no Parlamento em grupos políticos, formados de acordo com a afinidade ideológica. Atualmente, os acordos do Mercosul são analisados, em alguns países, por comissões parlamentares conjuntas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

BIOSSEGURANÇA

Senadores acolhem substitutivo de Ney Suassuna que autoriza a produção da soja transgênica, assegura a pesquisa com células-tronco de embriões, veta a clonagem humana e estabelece punições para infratores

Lei é aprovada no Senado e volta à Câmara

As novas regras para a utilização de sementes transgênicas e para a realização de pesquisas com células-tronco para fins terapêuticos foram aprovadas ontem pelo Plenário, na forma de substitutivo apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Como o texto da Câmara (PLC 9/04) foi alterado, o projeto terá que ser reexaminado pelos deputados. A matéria foi votada em turno suplementar e nessa fase foram acatadas emendas de Plenário.

O texto do Senado permite a produção e a comercialização de sementes transgênicas de soja tolerante ao glifosato, inscritas no Registro



EXPECTATIVA Sessão é acompanhada por pessoas que apóiam a pesquisa com células-tronco

Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura. Permite também o plantio, na safra 2004/2005, do grão da soja modificada geneticamente que tenha sido reservado pelos produ-

tores rurais, mas veda a comercialização da produção na forma de semente.

De acordo com o texto, caberá à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), com-

posta por 27 membros designados pelo ministro da Ciência e Tecnologia, autorizar a utilização de transgênicos, com prazo a ser fixado em regulamento. O Conselho Nacional de Biossegurança

(CNBS), formado por 11 ministros, poderá avocar para si a decisão final sobre a liberação. A rotulagem de alimentos e ingredientes alimentares produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) ou derivados passa a ser obrigatória.

O substitutivo proíbe a clonagem humana, mas assegura o uso de células-tronco de embriões obtidos por fertilização *in vitro*, para fins de pesquisa e terapia, desde que transcorridos três anos do congelamento, sendo necessária a autorização dos genitores.

Penas

O projeto prevê três anos de prisão para aque-

le que utilizar embrião humano em desacordo com as regras estabelecidas. Já a prática de engenharia genética com embrião humano pode resultar em detenção de até quatro anos. Para a clonagem humana, a reclusão pode variar de dois a cinco anos. Os infratores estarão sujeitos ainda ao pagamento de multa.

A liberação de organismo geneticamente modificado no meio ambiente, sem obediência às regras, resultará em prisão de até quatro anos. A produção e comercialização de transgênicos em discordância com as normas levará o infrator a até dois anos de prisão.

José Jorge



Acordo deve ser mantido pelo governo

O senador José Jorge (PFL-PE) leu documento elaborado pela comunidade científica, intitulado "Campanha pelo Conhecimento". Ele se solidarizou com algumas das posições defendidas pelos cientistas, como o pleito para que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja a última instância para apreciar pedidos sobre transgênicos.

José Jorge disse que o substitutivo de Suassuna é o possível e representa uma evolução, comparativamente ao texto aprovado pelos deputados. Ele cobrou compromisso do governo de manter na Câmara o acordo firmado em torno do substitutivo, para evitar recuos.

Jonas Pinheiro



Proposta evita plantio clandestino

O substitutivo do senador Ney Suassuna é a alternativa para evitar o plantio clandestino de soja transgênica, segundo o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele ressaltou a preocupação dos produtores que dependem da aprovação da lei para regularizar a atual safra de soja transgênica.

Jonas Pinheiro afirmou que a única forma de baixar custo de algumas culturas é o uso da biotecnologia. O senador fez um apelo para que o Congresso vote medidas que protejam o agronegócio, responsável pela maior contribuição para a formação de superávits na balança comercial brasileira.

Tasso Jereissati



Esperança para milhares de pessoas

A importância histórica da aprovação da proposta para o desenvolvimento da ciência foi lembrada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele destacou que o projeto trouxe para o Senado discussões que envolvem temas como ciência, ética e religião.

Jereissati elogiou o trabalho do relator, senador Ney Suassuna, o acordo costurado pelo senador Tião Viana (PT-AC), as emendas da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e a atuação de Osmar Dias (PDT-PR).

– A aprovação dessa matéria abrirá uma esperança para milhares de pessoas, e principalmente para as crianças – assinalou.

Lúcia Vânia



Votação atende aos anseios da sociedade

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) agradeceu o empenho do PFL, que, mesmo criticando o "descomprometimento do governo com os acordos firmados no Congresso", decidiu votar a matéria. Assim, ressaltou Lúcia Vânia, o Senado vai dar uma "resposta à sociedade brasileira, que anseia pela votação desse projeto".

Para a senadora, houve avanço em relação ao projeto da Câmara. Ela destacou ter apresentado emenda permitindo a pesquisa tanto com embriões congelados quanto com embriões destinados à clonagem terapêutica. Nas negociações, Lúcia Vânia abriu mão da segunda parte da emenda.

Flávio Arns



Pesquisa é ilegal e inconstitucional

O senador Flávio Arns (PT-PR) disse acreditar que o projeto da Lei de Biossegurança, especialmente em relação à pesquisa de células-tronco, deveria ter discussão mais acurada. Ele afirmou que a autorização de pesquisa com células embrionárias é ilegal e inconstitucional, já que que nosso sistema legislativo protege a vida "desde sua concepção".

Segundo Arns, o projeto tem problemas no conteúdo, uma vez que trata de dois temas sem conexão entre si – os transgênicos e o uso de células-tronco. Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) apoiou a posição de Arns e pediu mais discussão sobre o assunto.

Sérgio Cabral



Cautela, seriedade e pragmatismo

Na votação da Lei de Biossegurança, o Senado está no caminho correto, "no caminho de Casa revisora, que aperfeiçoa o que vem da Câmara, que avalia as matérias com cautela e seriedade", afirmou o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Ele parabenizou os parlamentares envolvidos no debate, em especial o relator da matéria, Ney Suassuna.

– Estamos tendo uma postura rara no Congresso, com relação a essa matéria: pragmatismo. Sair do imaginário e cair na vida real é o que estamos fazendo aqui, hoje, e sendo acompanhados por pessoas que precisam da ciência para ser curadas – destacou.

BIOSSEGURANÇA

Um dos relatores do projeto, Osmar Dias afirma que acordo para votação teria sido quebrado por Ney Suassuna, que se defende lembrando que as modificações, acolhidas em Plenário, eram necessárias

Emendas geram polêmica em Plenário

Acusando Ney Suassuna (PMDB-PB) de haver quebrado acordo, Osmar Dias (PDT-PR) afirmou, ao final da votação do projeto da Lei de Biossegurança, que as emendas acolhidas pelo senador paraibano, e aprovadas pelo Plenário, mudam a essência da matéria. Osmar foi o relator das emendas pela Comissão de Educação (CE). Suassuna foi o relator das emendas pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Osmar Dias referiu-se especificamente à Emenda 15, de Heloísa Helena (PSOL-AL). Conforme Suassuna, a emenda altera



DECISÃO Senadores aprovam normas para utilização de transgênicos e autorizam pesquisa genética

o artigo 6º “para proibir a pesquisa com variedades agrícolas geneticamente modificadas que incorporem características cuja expressão esteja condicionada ao recebimento de estímulos ex-

ternos, como hormônios ou defensivos agrícolas, bem como para proibir a utilização da tecnologia do gene *terminator*”. Para Osmar Dias, a linguagem técnica esconde a intenção de proibir a pesquisa

genética com os grãos estéreis, permitindo-a apenas com as sementes.

Osmar Dias reclamou também da Emenda 10, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que substituiu no artigo 10 do substitutivo a

expressão “saúde dos animais e das plantas” pelo termo “fitossanitária” como objeto da proteção da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Para Suassuna, trata-se apenas de aprimoramento de redação, mas Osmar enxergou aí um mecanismo para obrigar a comissão a elevar as exigências de relatórios de impacto ambiental e pesquisadores de plantas transgênicas.

Possibilidades

No parecer às emendas apresentado por Osmar Dias, foram acolhidas duas emendas: uma de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e outra de Jonas Pinheiro (PFL-MT), esta

parcialmente e que aumenta as possibilidades de utilização de embriões, ao permitir que sejam usadas tanto as células-tronco congeladas há três anos – e aptas à geração de fetos – quanto as células inviáveis. O texto do substitutivo dava margem à utilização apenas das células inviáveis congeladas há três anos.

A emenda de Jereissati determina que, nos 60 dias posteriores à publicação da lei, a CTNBio continuará funcionando com base na lei hoje em vigor, exceto no que conflitar com a nova legislação.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), também criticou o rompimento do acordo.

Osmar Dias



Roosevelt Pinheiro

Destino nobre para células embrionárias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) perguntou aos críticos se há um destino mais nobre do que a pesquisa para as células embrionárias que não serão utilizadas na reprodução assistida. Ele lembrou que o projeto da Lei de Biossegurança autoriza o uso das células embrionárias hoje armazenadas em laboratório para a reprodução humana, mas que não terão esse fim, congeladas até o quinto dia e estocadas há mais de três anos.

– Se as células embrionárias não podem ser utilizadas para a pesquisa, para buscar a cura de doenças de pessoas que hoje não têm nenhuma esperança, para que poderão ser utilizadas?

Mozarildo



Célio Azevedo

Pequeno passo diante do que tem de ser feito

Na discussão do projeto, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que, como médico, acha a proposta ainda tímida, principalmente no que diz respeito à questão das células-tronco.

– Demos um passo pequeno diante da dimensão do que tem de ser feito em relação à pesquisa com células-tronco. Estamos dando uma permissão com data de validade – lamentou.

Para Mozarildo, as barreiras ideológicas, filosóficas e religiosas não devem fazer com que o Brasil fique “amarrado a tantos e complexos assuntos que não têm a ver com a vida, a ciência e o respeito à dignidade humana”.

Tião Viana



Célio Azevedo

Momento de grandeza em Plenário

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Senado vivia um momento de grandeza e de responsabilidade ao votar um tema tão importante, que envolve também o uso de células-tronco para desenvolvimento de pesquisas destinadas a combater doenças genéticas.

Tião Viana, que é médico, disse que a matéria exigia prudência, razão pela qual condenou a maneira simplista com que parte da sociedade e setores da imprensa vêm tratando o tema. Em países mais avançados, como a França, observou o parlamentar, a questão é tratada tendo em conta o chamado princípio da cautela.

Juvêncio



Célio Azevedo

MP deve liberar plantio de soja

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) aproveitou a discussão em torno da nova Lei de Biossegurança para pedir a edição, pelo governo, de medida provisória (MP) autorizando o plantio de organismos geneticamente modificados (transgênicos), como a soja.

O senador teme que a matéria, ao retornar para votação na Câmara, sofra nova alteração, o que iria atrasar todo o processo, prejudicando ainda mais os agricultores,

Juvêncio destacou que a Lei de Biossegurança permitirá que o Brasil tenha biotecnologia avançada, fazendo com que seja o celeiro número um do planeta na produção de alimentos.

Heloísa Helena



Célio Azevedo

Risco nos alimentos transgênicos

Heloísa Helena (PSOL-AL) condenou a forma pela qual o Senado deliberava sobre a Lei de Biossegurança. Afirmando que a lei não poderia abrigar temas opostos, sugeriu que o debate fosse realizado tomando por base três questões: reprodução assistida, transgênicos e conceito de vida.

– Trata-se de uma questão séria e que envolve concepções filosóficas, religiosas e éticas.

Heloísa condenou o plantio de transgênicos, afirmando que vários países do Primeiro Mundo não aceitam seu consumo. Cientistas, conforme disse, têm provas de que alimentos transgênicos causam problemas de saúde, como o câncer.

Hélio Costa



Gerardo Magalhães

Mais recursos para pesquisas da Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem condições de produzir sementes de soja geneticamente modificada, a exemplo da Monsanto, se receber apoio financeiro efetivo, segundo o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

– Não precisaremos comprar tecnologia de ninguém, nem sequer pagar *royalties*. É hora de abrir os cofres públicos para a pesquisa, não só para apoiar a Embrapa como outros institutos e universidades – afirmou.

Quanto às células-tronco, Hélio Costa assinalou que, “se não usarmos essas células cientificamente, elas irão para o lixo quando vencer o prazo de armazenamento”.

BIOSSEGURANÇA

Relator Ney Suassuna aponta benefícios da soja transgênica para o meio ambiente e defende pesquisas com células-tronco. Debate sobre projeto mobiliza senadores em Plenário

Valadares pede apoio para a Embrapa

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) reconheceu que a pesquisa é fundamental para garantir o avanço tecnológico e o desenvolvimento do país. Ao defender o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto de biossegurança, ele afirmou que a Embrapa precisa ter flexibilidade para avançar nas suas pesquisas de soja transgênica.

Segundo Valadares, esse é o caminho para o país evitar que a Monsanto, até agora a única fornecedora autorizada, adquira o monopólio de sementes de soja transgênicas.

Suassuna: menos agrotóxico na soja

O relator do projeto da Lei de Biossegurança, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sustentou na defesa de seu substitutivo que a “soja transgênica ajuda o meio ambiente, pois exige menos agrotóxico”. A soja tradicional recebe até seis aplicações de agrotóxicos, enquanto a transgênica é colhida tendo recebido apenas um herbicida.

Suassuna informou que os Estados Unidos plantam 112 variedades transgênicas de cereais, leguminosas e outros produtos, enquanto no Brasil só se planta uma variedade de soja.



REALISMO “Sementes podem entrar ilegalmente e dominar plantações”, afirma Suassuna

Na falta de legislação sobre o assunto, a Embrapa teve de fazer acordos com a Argentina para pesquisar lá uma variedade de mamão resistente a uma doença devastadora da cultura. O mesmo

ocorreu com o feijão, que vem sendo pesquisado nos Estados Unidos. Para conseguir mudas de banana resistente a algumas doenças, a empresa teve de se dirigir à América Central.

– Vamos ser realistas. Se o Congresso não aprovar uma lei para os transgênicos, sementes de outros países vão entrar aqui de forma ilegal e dominar nossas plantações.

Suassuna disse ainda que a solução que apresentou sobre pesquisas com células-tronco embrionárias contentou “a quase totalidade” das igrejas e dos cientistas.

Alvaro elogia cientistas e cobra promessa do governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) exaltou a participação da comunidade científica no processo de discussão do projeto da Lei de Biossegurança. Na sua avaliação, foram os cientistas, os professores e os pesquisadores que deram densidade aos

debates nas audiências públicas e sugestões importantes nos contatos que tiveram com os senadores em seus gabinetes.

Ele cobrou do governo o compromisso de manter junto aos deputados o acordo em torno do substitutivo de Suassuna.

Sibá admite importância do acesso a segredo comercial

Sibá Machado (PT-AC) lamentou que as decisões na área de biossegurança tenham se pautado mais por interesses comerciais do que humanitários. Ele pediu cautela na votação do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Sibá reconheceu a importância de o país ter acesso a segredos comerciais e manifestou sua recusa em depender da Monsanto ou de qualquer outra empresa no fornecimento de sementes geneticamente modificadas.

Capiberibe



Muitos pontos ainda precisam ser esclarecidos

Não há unanimidade com relação às vantagens para a autorização do plantio de produtos transgênicos, disse João Capiberibe (PSB-AP). Para o senador, muitos pontos ainda precisam ser esclarecidos e há carência de estudos mais profundos sobre o tema.

Não há informações consistentes de possíveis mutações genéticas em plantas comuns devido à polinização por plantas transgênicas, nem do surgimento de resistência de algumas doenças às modificações genéticas das plantas, afirmou. Para o senador, nem mesmo há provas de que a cultura transgênica é mais econômica que a tradicional.

Pedro Simon



Necessidade de garantir o plantio da soja

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento em Plenário solicitando que fosse desmembrado o projeto da Lei de Biossegurança, de modo a permitir a aprovação, pelo Senado, de uma proposta autônoma que garantisse, de imediato, o plantio de produtos geneticamente modificados.

Para Simon, o desmembramento se tornaria necessário já que o plantio da safra tem início agora em outubro. Segundo o senador, alguns produtores já estão plantando, por exemplo, soja transgênica, num claro descumprimento da lei, por acreditarem, conforme observou, que o Senado aprovaria a matéria.

Azeredo



Área técnica deve agir com correção

Ao registrar que o Senado oferece um voto de confiança ao Executivo aprovando a Lei de Biossegurança, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu que a área técnica do governo federal regulamente a matéria de forma criteriosa e com muita correção.

– Torno público o meu voto favorável, na forma como o texto foi acordado após diversas discussões e audiências públicas nas comissões. Lamento que especialmente a questão dos embriões não tenha sido discutida de maneira mais adequada. Nossa preocupação é no sentido de garantir avanços que permitam a busca da salvação de tantas e tantas pessoas.

Suplicy



Cumprimentos por ponto de equilíbrio

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o esforço dos senadores integrantes da Comissão de Educação por terem conseguido encontrar um ponto de equilíbrio, contemplando os católicos que defendem o direito à vida e aqueles que defendem o direito dos portadores de doenças genéticas e degenerativas utilizarem as células embrionárias para terem uma vida melhor.

Ele pediu a inscrição, nos Anais do Senado, de várias correspondências recebidas de brasileiros que dependem das terapias embrionárias para continuar a viver, lembrando que as pesquisas nessa área poderão salvar muitas vidas no futuro.

Quintanilha



Ganhos para a saúde e a agricultura

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou seu apoio à utilização de produtos transgênicos, especialmente na agricultura, e das células embrionárias na pesquisa a respeito de doenças que, hoje, são consideradas incuráveis. Segundo ele, a utilização de sementes transgênicas na agricultura vai poupar a terra de agrotóxicos, deter o avanço sobre áreas intocadas e diminuir os custos.

O senador lembrou que na Região Sul a soja transgênica tem sido plantada. Além disso, produtos dessa natureza já seriam aceitos em todo o mundo. No caso das células embrionárias, Quintanilha ressaltou os ganhos para a saúde humana.

Aelton Freitas



Base legal para o país se desenvolver

Manifestando apoio ao parecer de Ney Suassuna, Aelton Freitas (PL-MG) disse que a nova lei dará uma base legal definida para o desenvolvimento do país, incrementando o agronegócio.

Ele elogiou também a decisão de dar à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a competência para decidir sobre a pesquisa, produção e comercialização de organismos geneticamente modificados.

No parecer, os poderes conferidos à CTNBio são contrabalançados pela garantia de recorrer da decisão da comissão dada aos órgãos nos quais os produtos devem ser registrados, observou o senador.

Plenário aprova substitutivo que moderniza o Código Penal

De autoria de Serys Slhessarenko, projeto retira expressões anacrônicas sobre crimes sexuais praticados contra a mulher

O Senado aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei (PLC 103/03) da Câmara que moderniza o Código Penal, com a retirada de expressões anacrônicas de dispositivos que dizem respeito a crimes sexuais cometidos contra a mulher. Entre outras modificações, o projeto retira o qualificativo “honesta” que acompanha o substantivo “mulher” nos tipos penais de três artigos do código.

Em sua justificativa, a senadora afirma que o projeto traz uma importante contribuição para o aperfeiçoamento do Código Penal, observando que a expressão “mulher honesta” suscita juízos de



IGUALDADE Serys destaca que os homens também foram incluídos na lei como vítimas de exploração sexual

valor e tem caráter discriminatório. Os artigos 205, 206 e 207 do código exigem que “a mulher prove ser honesta, para poder processar seu agressor”, o que, diz a senadora, “configura um absurdo”.

O projeto também reduz o intervalo etário para que seja configurado o crime de raptó consensual, que passa de 14 a

21 anos para 14 a 18 anos. A senadora argumenta que até mesmo o novo Código Civil outorgou às mulheres maiores de 18 anos a capacidade absoluta de contratar e tomar decisões que produzam efeitos jurídicos, “não havendo razoabilidade em punir penalmente quem rapta uma maior de 18 anos”.

Outra alteração introduzida pelo projeto é a inclusão dos homens como vítimas de tráfico internacional para fins de exploração sexual. A senadora argumenta que os homens também têm sido vítimas desse crime, principalmente em tráficos transnacionais. O projeto tipifica, ainda, o crime de tráfico interno de pessoas, abrangendo homens e mulheres, tendo em vista que o delito só é previsto hoje apenas para crianças e adolescentes.

O substitutivo foi aprovado por voto simbólico, bem como seu turno suplementar. O projeto volta à Câmara por ter sido modificado no Senado.



INTERNAMENTO Capiberibe teve problemas com a saúde durante a sessão deliberativa de ontem e foi levado a hospital da cidade

Capiberibe passa mal e é submetido a angioplastia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) foi internado ontem no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, depois de sentir-se mal durante a sessão deliberativa no Plenário. Os médicos constataram 70% de obstrução em três artérias. Antes da angioplastia (desobstrução parcial dos vasos), Capiberibe, de 56 anos, passou por um cateterismo, exame que verifica o grau de comprometimento das artérias.

O procedimento foi bem-sucedido e Capiberibe está consciente. Ele deve ficar na UTI por 24 horas, seguindo depois para um apartamento, onde ficará até o início da próxima semana.

Comissão do Ano da Mulher elege vice-presidente

A Comissão Especial do Ano da Mulher/2004 elegeu ontem seu vice-presidente, o senador Aelton Freitas (PL-MG). A presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou a importância da participação de “homens sensíveis e gentis” na luta contra a discriminação da mulher e pela busca da igualdade de direitos.

– Não queremos passar da condição de oprimidas para a de opressoras – afirmou.

Serys também anunciou oficialmente que foi aprovada a proposta feita pela representação brasileira no Parlatino, para que o ano de 2005 seja dedicado às mulheres latino-americanas. Ela lembrou que o Brasil foi o primeiro país do mundo a dedicar um ano (2004) à reflexão sobre os direitos das mulheres e sua defesa.

A senadora ainda convidou os demais senadores a participarem da videoconferência entre o Senado e câmaras legislativas municipais, em que será feita uma avaliação da participação de candidatas nas eleições municipais.

– Precisamos de mulheres com propostas claras sobre a igualdade de direitos – concluiu.

Dez indicações de autoridades são aceitas

O Senado aprovou um total de dez autoridades indicadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para embaixadas, tribunais e agências reguladoras. O primeiro nome aprovado foi o do general Antônio Apparício Ignácio Domingues para o Superior Tribunal Militar (STM), com 40 votos favoráveis. Em seguida, foi aprovado o nome de Gregório de Souza Rabelo Neto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por 32 votos a favor, nove contrários e três abstenções.

O nome aprovado em seguida foi o de José Airton Félix Cirillo da Silva, também para a ANTT, com 32 votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção. José Vicente de Sá Pimentel teve o nome aprovado para a Embaixada do Brasil junto à Índia por 32 votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção. José Roberto de Souza será o embaixador do Brasil junto ao Timor Leste, e seu nome foi aprovado por 35 votos a favor, sete contrários e duas abstenções.

Outro embaixador aprovado foi Luiz Antônio Fachini Gomes, que representará o Brasil junto ao Irã. Seu nome foi aprovado por 37 votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção. Antônio Paraíso Ramos, aprovado por 37 votos favoráveis e cinco contrários, será o embaixador do Brasil junto a El Salvador. Cesário Melantonio Neto será o embaixador do Brasil junto à Turquia, aprovado com 37 votos sim, sete não e uma abstenção.

Plínio de Aguiar Júnior teve o nome aprovado para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por 34 votos favoráveis e oito contrários, assim como Elifas Chaves Gurgel do Amaral, que também vai para a Anatel, na vaga de Luís Guilherme Schimura, com o nome aprovado por 34 votos e rejeitado por oito.



VOTAÇÕES Senadores movimentaram o Plenário na tarde de ontem durante a sessão que aprovou modificações no Código Penal e autorizou o Executivo a contrair empréstimos externos

Senado autoriza Executivo a fazer empréstimos de US\$ 605 milhões

O Senado aprovou ontem dois projetos de resolução (PRSs 35 e 36/04) autorizando o governo brasileiro a contratar empréstimos que totalizam US\$ 605,05 milhões. O primeiro deles prevê a contratação de um crédito de US\$ 505,05 milhões junto ao Banco Mundial para reforçar as reservas internacionais do país. O financiamento estava condicionado ao cumprimento de metas na área de preservação ambiental.

Quando o projeto foi examinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), explicou que algumas das metas atingidas pelo Brasil foram a reorganização do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) e a criação da carreira de especialista em meio ambiente e

da Comissão Nacional de Substâncias Químicas, que formulará um programa de segurança química.

A outra autorização aprovada pelos senadores foi para o Executivo contratar US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial para o financiamento parcial da segunda etapa do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II), programa que será executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O objetivo do programa é reduzir a mortalidade e outras consequências de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, diminuir os fatores de risco à saúde a que a população está exposta e melhorar os indicadores de saúde de grupos especialmente vulneráveis. O dinheiro deverá ser desembolsado até dezembro de 2008.



SUCESSE Sibá ressalta o trabalho feito pelos prefeitos do partido nas administrações municipais

Sibá atribui êxito do PT nas eleições à disciplina

O senador Sibá Machado (PT-AC) manifestou ontem sua satisfação com o desempenho do PT nas últimas eleições municipais. Ele atribuiu o êxito do partido à disciplina e organização partidárias, ao fato de o PT ter assumido “com muita seriedade” administrações públicas municipais e ao sucesso do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Deixamos um passado de uma experiência difícil em Fortaleza, em 1985, para chegarmos a mais de 400 administrações – observou.

Sibá destacou o crescimento do PT na Amazônia, com a eleição dos prefeitos de Macapá (AP), João Henrique, e Rio Branco (AC), Raimundo Angelim, e a ida, para o segundo turno, de Roberto Sobrinho, em Porto Velho (RO), e da senadora Ana Júlia Carepa, em Belém (PA).

O senador registrou ainda o fato de o PT no Acre ter eleito prefeitos em quase 50% dos municípios e quase 30% dos vereadores do estado. Segundo Sibá, o esforço que surgiu da luta do seringueiro Chico Mendes e outros culmina com as grandes referências do estado hoje, como o senador Tião Viana (PT), o governador Jorge Viana e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Denúncia

Sibá denunciou o possível envolvimento parcial da juíza do município de Boca do Acre, no estado do Amazonas, em favor do candidato do PPS à prefeitura local. Segundo o senador, a população acusa a juíza de ter paralisado temporariamente as apurações das eleições, fato que poderia ter favorecido a manipulação das urnas em favor do candidato do PPS à reeleição para prefeito, em prejuízo do candidato do PL, que é coligado ao PT.

Valadares quer votar reforma política logo

■ Senador pede urgência no exame das matérias integrantes do sistema eleitoral, que considera ultrapassado

Ao fazer um balanço do primeiro turno das eleições municipais, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu que o Congresso Nacional vote, assim que o segundo turno for encerrado, as matérias que integram a chamada reforma política. Para ele, apesar de as eleições terem transcorrido com normalidade, todos sabem que serão registrados vários casos de mudanças partidárias dos recém-eleitos.

– É bom que o Congresso, depois das eleições, se debruce sobre a reforma política, ou mergulharemos nas eleições de 2006 com uma legislação ultrapassada, especialmente por causa do voto proporcional, que, da forma como está



DEFEITOS Valadares observa que voto proporcional, da maneira como é concebido no país, é desagregador

concebido em nosso país, é desagregador – observou.

Além da distorção da infidelidade partidária, Valadares citou outros defeitos da Lei Eleitoral, como os casos em que um candidato recebe uma votação maciça e acaba elegendado na esteira candidatos desconhecidos, como aconteceu com o deputado federal Enéas (Prona-SP). Outro problema decorrente da legislação, conforme acentuou, relaciona-se

ao fato de o poder econômico continuar a exercer influência nas eleições. Segundo ele, isso ocorre em mais de 70% dos municípios brasileiros.

– Isto está acontecendo porque o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não tomaram uma atitude para modificar esse sistema, que é injusto – avaliou o parlamentar.

Sobre as eleições em Sergipe, Valadares analisou que a população decidiu tomar duas posições bem definidas. Uma no sentido de manter os bons administradores, como aconteceu com o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), que obteve a maior votação do país, com 71,4% dos votos válidos. A outra decisão da comunidade sergipana, disse ele, foi a de eleger candidatos que têm propostas inovadoras. “Eu quero crer que a oposição em Sergipe cumpriu seu papel democrático de participar das eleições, com ordem e respeito ao adversário”, concluiu.



MUDANÇAS Alvaro Dias volta a defender o financiamento público das campanhas

vote a reforma política, uma vez que as últimas eleições municipais demonstraram claramente que o atual modelo está desgastado e superado – acrescentou Alvaro Dias, ao condenar a atuação de institutos de pesquisa, que, conforme notou, acabam distorcendo a realidade eleitoral “à custa de muito dinheiro, com a realização de pesquisas fraudulentas”.

Para Alvaro Dias, é hora de reorganizar quadro partidário

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender ontem a imediata votação, pelo Congresso Nacional, da reforma política, como forma de moralizar o processo eleitoral brasileiro. Segundo ele, as eleições municipais de 3 de outubro demonstraram que o país necessita de mecanismos que venham a corrigir vícios e distorções, já que a campanha eleitoral “é a porta de entrada da corrupção na administração pública”.

Alvaro Dias informou que a reforma política obteve certos avanços no Senado, mas se encontra parada na Câmara dos Deputados. Ele defendeu a aprovação de alguns instrumentos, como o financiamento

público de campanha e uma nova reorganização do quadro partidário, com a inclusão da chamada cláusula de barreira.

A aprovação da reforma política, na visão de Alvaro Dias, também faria com que a máquina pública deixasse de ser utilizada nas campanhas eleitorais de forma aberta ou dissimulada, a exemplo do ocorrido nestas eleições municipais, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme afirmou o senador, usou redes de emissoras de rádio e TV 38 horas antes do início da campanha gratuita, para enaltecer ações do governo no sentido de beneficiar candidatos do PT.

– Este é o momento adequado para que o Congresso Nacional

Hélio Costa destaca desempenho do PMDB

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) ocupou a tribuna ontem para enaltecer o desempenho de seu partido nas eleições municipais de 3 de outubro. Segundo informou, o PMDB registrou um crescimento em regiões consideradas importantes no país e, em Minas Gerais, conseguiu eleger 142 prefeitos e 1.218 vereadores, o que considera vital para o fortalecimento da legenda.

Hélio Costa também aplaudiu a eleição, em primeiro turno, de Fernando

Pimentel, candidato do PT apoiado por ele, para a prefeitura de Belo Horizonte com 68,43% dos votos. Disse ainda que o PMDB se prepara para disputar o segundo turno em várias cidades, entre as quais Goiânia.

Depois de observar que Minas Gerais representa cerca de 10% do eleitorado nacional, Hélio Costa enumerou algumas das principais cidades do estado em que o PMDB conquistou prefeituras, como Sete Lagoas, Ouro Preto e Mariana.



SATISFAÇÃO Tebet afirma que eleitor da capital de Mato Grosso do Sul “sabe o que quer”

Tebet elogia resultado das eleições em Campo Grande

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) festejou ontem a eleição em primeiro turno para a prefeitura de Campo Grande (MS) de Nelson Trad, candidato do PMDB. O senador acredita que a população, com esse resultado, mostrou que “sabe o que quer”.

Tebet acredita que, apesar das dificuldades da campanha, a eleição de Trad foi resultado do bom trabalho que o PMDB faz há oito anos na administração de Campo Grande.

– Todos os institutos de pesquisa apontam 92% da população satisfeita com a administração da cidade – disse o senador.

Na opinião de Tebet, Nelson Trad conseguiu uma vitória extraordinária. O senador destacou que foi a única vitória em primeiro turno do PMDB em todo o país. Agora o partido aguarda outras vitórias em segundo turno, especialmente em Goiás, onde o ex-senador Iris Rezende ficou em primeiro lugar, mas não alcançou o índice necessário para dispensar o segundo turno.

– Estamos na torcida para que o eleitorado goiano repita o primeiro turno e consagre Iris Rezende – afirmou.

O senador elogiou a atuação eficiente das autoridades, especialmente do Judiciário, que garantiram uma eleição tranquila. Lamentou, no entanto, os abusos eleitorais cometidos nas ruas em diversos pontos do país.

Tebet destacou ainda o bom resultado que a filha dele, Simone Tebet, teve em Três Lagoas (MS). Simone foi eleita com mais de 60% dos votos válidos e, segundo ele, manteve sempre o bom nível na campanha. Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) parabenizou Tebet pela vitória de Simone.



IMPASSE Presidente da CAS, Lúcia Vânia informa que audiência só será realizada se a greve continuar até a próxima semana

Comissão realizará debate sobre greve de bancários

Representantes dos trabalhadores, dos bancos e do governo são convidados para audiência na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem convidar o chefe do comando da greve dos bancários, um representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, para participarem de audiência pública na próxima semana. Eles falarão sobre as razões do movimento e da falta de acordo entre as partes.

A proposta da audiência foi apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que ponderou que a greve chegou a

um impasse, com os dois lados rejeitando propostas de acordo. A audiência, no entanto, só será realizada caso a greve continue até o início da semana, segundo informou a presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Reunida extraordinariamente ontem, a CAS ouviu pareceres sobre projetos que deverão ser votados nos próximos dias. Um deles, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), determina que as letras das bulas de remédios devem ser maiores – tecnicamente, devem ter como tamanho mínimo o padrão 12.

O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concordou com o projeto e também com a emenda do senador José Maranhão (PMDB-PB), que estende a exigência para

embalagens de alimentos.

A CAS debateu ainda proposta do então senador Carlos Bezerra que proíbe a fixação de idade máxima para doação de sangue. Até 2002, a idade limite era de 60 anos, mas os médicos passaram a entender que, com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, pessoas com mais de 60 anos poderiam ser doadores, sem problemas. O relator, senador e médico Augusto Botelho (PDT-RR), no entanto, entende que o ideal é fixar nova idade limite, como fez, por exemplo, a Grã-Bretanha (70 anos), e não simplesmente proibir a fixação de idade. Por isso, ele propôs a rejeição do projeto e recomendou a discussão de outra proposta que especifique a idade máxima.

Ideli critica instituto por erro sobre aumento de impostos

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), considerou uma “atitude de má-fé e um desrespeito” o anúncio feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) de que o governo aumentou a carga tributária do país. Ela afirmou não ser essa a primeira vez que o instituto erra e criticou a metodologia utilizada pelo órgão, que, observou, não leva em conta a sazonalidade inerente à carga tributária.

– Esse instituto tem errado feio e teve no ano passado que fazer correções quatro vezes em suas projeções. Isso só pode ser

uma atitude de especulação e serve para incrementar a guerra eleitoral – condenou a líder.

Exemplificando, ela contou que, no ano passado, o IBPT alardeava um aumento de 40% da carga tributária, mas o aumento foi de apenas 0,16%, quando se fechou o ano fiscal e foram feitos os comparativos com o ano anterior.

Para Ideli, tanto o Congresso quanto o Executivo, ao contrário do que diz o instituto, têm adotado medidas para a redução da carga tributária.

Ao tratar de outro tema, Ideli concordou com as preocupa-



ESPECULAÇÃO Para Ideli, Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário age “de má-fé”

ções do senador Osmar Dias (PDT-PR) em relação à educação, e informou que o governo vai encaminhar, por meio do ministro Tarso Genro, projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Mozarildo quer transporte gratuito em dia de eleição

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comunicou ao Plenário ter apresentado na terça-feira projeto de lei que prevê a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, metropolitanos e intermunicipais nos dias de eleição. Segundo o parlamentar, “é preciso regulamentar essa questão de maneira uniforme, dando um passo na transparência e no afastamento de qualquer interferência” no processo eleitoral.

De acordo com o projeto (PLS 279/04), não haverá modificação nos horários das linhas e no número de veículos em serviço nos dias de eleição. A gratuidade do transporte terá a duração de duas horas antes e duas horas depois do horário estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o período de votação. Ainda segundo a proposta, o governo federal estabelecerá a forma de compensação às concessionárias de transporte público de modo a manter o equilíbrio financeiro

das empresas.

Em discurso ontem, Mozarildo observou que a questão do transporte é um ponto importante para melhorar o processo eleitoral. Isso porque, ressaltou, muitas vezes os partidos políticos mais organizados fornecem veículos para o deslocamento do eleitor. Por gratidão, acrescentou, o eleitor pode acabar votando em quem lhe proporcionou meios de chegar à seção eleitoral.

O senador afirmou que as eleições no Brasil têm melhorado muito. Ele se referiu especialmente ao horário gratuito no rádio e na televisão e à informatização do processo, destacando o quase inexistente risco de fraude e a rapidez na apuração dos votos. Mozarildo lamentou, entretanto, que o poder econômico ainda esteja interferindo nos pleitos, e disse que, em Roraima, o problema do transporte do eleitor é uma das questões relacionadas a esse tema.

Camata repudia decisão do Cade contra venda da Garoto

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou indignação, em pronunciamento ontem no Plenário, pela decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, segundo disse, reiterou posição contrária à compra da Garoto pela Nestlé. Para o parlamentar, a reunião do órgão, na terça-feira, foi “clandestina, ilegal e fora do prazo”. Segundo o senador, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, deverá recorrer da decisão na Justiça.

Camata afirmou ainda que deverá propor projeto para extinção do Cade e solicitou apoio dos senadores para aprovar a proposta. Ele informou também que deverá apresentar requerimento para instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de que conselheiros teriam sido pressionados a apoiar a decisão contra a venda da Garoto para a Nestlé.

– Eu duvido que se fosse para



Célio Azeredo

VIÉS “Duvido que se fosse para São Paulo o Cade tomaria essa decisão”, critica Gerson Camata

São Paulo, com a Marta Suplicy candidata em segundo turno, o Cade tomaria essa decisão. Mas, como é para um estado pequeno, eles não cumprem os prazos, fazem reunião ilegal e pressionam conselheiros – observou Camata.

O senador criticou os argumentos técnicos apontados pelo órgão para adotar a decisão e questionou o porquê de posição semelhante não ter sido adotada em outros casos de compra de empresas, como das cervejarias que resultou na criação da AmBev.

Camata recebeu a solidariedade dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB).